
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

KELLY MARQUES DOS SANTOS

**AS MÚLTIPLAS FACETAS DA
PRIVATIZAÇÃO NO TRABALHO DOCENTE:
PERSPECTIVAS, DESAFIOS E
RESISTÊNCIA.**

KELLY MARQUES DOS SANTOS

AS MÚLTIPLAS FACETAS DA PRIVATIZAÇÃO NO TRABALHO
DOCENTE: PERSPECTIVAS, DESAFIOS E RESISTÊNCIA.

Orientadora: Profa. Dra. Raquel Fontes Borghi

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto de Biociências da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Câmpus de
Rio Claro, para obtenção do grau de Licenciada
em Pedagogia.

S237m Santos, Kelly Marques dos
AS MÚLTIPLAS FACETAS DA PRIVATIZAÇÃO
NO TRABALHO DOCENTE: PERSPECTIVAS,
DESAFIOS E RESISTÊNCIA. / Kelly Marques dos
Santos. -- Rio Claro, 2018
48 p.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura -
Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Raquel Fontes Borghi

1. Privatização. 2. Gerencialismo. 3. Trabalho Docente.

I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Dedico este trabalho aos que lutam por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pelas infinitas bênçãos concedidas ao longo dos anos.

À minha mãe, meu pai e meu irmão por demonstrarem constantemente a potencialidade do amor incondicional.

À minha orientadora, Raquel Fontes Borghi, por sempre acreditar no meu potencial.

À Moradia Estudantil por oportunizar uma formação política diferenciada e por todas as demonstrações de afeto. Gostaria de agradecer principalmente aos moradores da casa 6, casa 8 e, em especial, gostaria de agradecer minhas companheiras de quarto; Isabela Bragança e Aline Fonseca e minhas amigas; Sara Nunes Vilarim e Marcela Balbino.

A todos os estudantes do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, em especial, Victória Arruda, Thais Muniz, Gabriela Brito, Ana Luisa, Gabriela Avanzi, Giovanna Picollo, Carol Salvarani.

Aos docentes excepcionais do departamento de educação. Meus sinceros agradecimentos, especialmente, à Regiane Bertagna, Laura Noemi Chaluh, Débora Fonseca, Flávia Sarti, Andréia Osti, Áurea Costa, Rosa Maria, José Euzébio ARAGÃO, Jorge Mialhe e Luiz Carlos Santana.

Aos funcionários extraordinários que resignificam essa universidade; Renan Carvalho, Elisa dos Santos, Rosângela Aparecida, Josimeire Moura, Gislaine Hermini, Jair Félix, Melaine e Ângela Ferreira

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum (ARENDR, 1978, p. 247).

RESUMO

A presente investigação consiste em discutir os diferentes processos de privatização atrelados ao trabalho docente, explicitando os seus desdobramentos e elucidando os principais desafios enfrentados pelos professores, no Brasil. Em especial, com a intencionalidade de contextualizar o fenômeno estudado, consideramos trivial sinalizarmos a influência do gerencialismo no campo educativo e, conseqüentemente, verificarmos se o referido modelo de gestão pode ser identificado como um fator potencializador da intervenção da iniciativa privada, na esfera pública. Tendo em vista a problemática desencadeada pelos padrões empresariais em detrimento da identidade e a autonomia da carreira docente, objetiva-se, compreender os impactos proporcionados pelos múltiplos processos de privatização no trabalho docente. Utilizar-se-á uma abordagem de natureza qualitativa para concretização do estudo proposto. A pesquisa constitui-se a partir do processo de revisão literária de caráter sistêmico e, portanto, adotou-se como procedimento de coleta de dados, o levantamento bibliográfico. Com intuito de delimitarmos cronologicamente o estudo, foram identificados artigos científicos produzidos entre 2006- 2016. Mediante ao exposto, intenciona-se compreender, investigar e contribuir para a potencialização do trabalho docente e a legitimação da autonomia da referida categoria profissional a partir de mecanismos de resistência. Os resultados evidenciaram que o gerencialismo está estreitamente relacionado as tendências privatistas de natureza endógena e, portanto, o fenômeno, incide diretamente na autonomia docente . Perante os resultados obtidos, reconhecemos a descaracterização do trabalho docente, uma vez que, dilui-se a dimensão humana do processo pedagógico em detrimento dos resultados obtidos em avaliações.

Palavras-chave: Privatização. Gerencialismo. Trabalho docente.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| QUADRO I: Relação entre regiões/países e políticas elaboradas durante o período de reformas da década de 90'..... | p.18 |
| QUADRO II. Papel desempenhado pelo Estado conforme os princípios de Principalidade e Subsidiaridade..... | p.22 |
| QUADRO III. Especificidades dos termos Gerencialismo e Gerencialização..... | p.24 |
| QUADRO IV. Comparativo entre as políticas de governo e as tendências privatistas..... | p.27 |
| QUADRO V. Artigos identificados com os descritores; Educação e Gerencialismo..... | p.34 |
| QUADRO VI. Artigos identificados com os descritores; Privatização e Educação..... | p.40 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CF – Constituição Federal

EDUCO – Programa Educación com participación de la comunidad

FMI – Fundo Monetário Internacional

GREPPE – Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

NGP – Nova Gestão Pública

PRONADE – Programa Nacional de Autogestão para o Desenvolvimento Educativo

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|
| 1 INTRODUÇÃO | p.9 |
| 1.1 Justificativa | p.11 |
| <i>1.2 Objetivos</i> | p.11 |
| 2 GERENCIALISMO E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS, ADMINISTRATIVOS E MACROPOLÍTICOS | p.13 |
| 2.1 Contextualização histórica e conceitual acerca da temática abordada | p.13 |
| <i>2.2 Aspectos históricos</i> | p.13 |
| 2.3 <u>Aspectos Conceituais: Estado e Gerencialismo</u> | p.20 |
| 2.4 Perspectivas conceituais: Estado | p.20 |
| 2.5 Perspectivas conceituais: Gerencialismo | p.23 |
| 3. TENDÊNCIAS PRIVATISTAS: PERSPECTIVAS, LEGISLAÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE | p.26 |
| 3.1 Diluição das barreiras existentes entre o setor público e o setor privado: implicações no direito à educação | p.29 |
| 4. A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO DOCENTE: DIMENSÃO MICROPOLÍTICA | p.30 |
| 4.1 Desdobramentos do gerencialismo no Trabalho Docente | p.31 |
| <i>4.2 Metodologia e Resultados</i> | p.32 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | p.43 |
| REFERÊNCIAS | p.44 |

1 INTRODUÇÃO

Os processos de privatizações aproximam-se aceleradamente do campo educacional. Conforme Ball (2004, p. 1115), as mudanças ocasionadas pela atual conjuntura política-ideológica são “multifacetadas e complexas”. Ao observarmos a dimensão macropolítica das organizações e a sua amplitude estrutural, juntamente, com os estudos realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política educacional (GREPPE)¹ e outros referenciais teóricos (ADRIÃO et al, 2009; FERNANDES, 1994; PERONI, 2010), identificaremos o favorecimento e, conseqüentemente, a intensificação das tendências privatistas.

A acentuação dos processos de privatização foi desencadeada, principalmente, pela disseminação da corrente neoliberal, a reestruturação produtiva, a terceira via (PERONI, 2009, p.49) e a consolidação da globalização neoliberal (THWAITES REY, 2010). Tais fenômenos facilitaram a diluição das fronteiras existentes entre o setor público e o setor privado e provocaram na esfera educacional, a presença de “novos” agentes (fundações, institutos, empresas, etc).

Reconhecemos a presença de outros elementos que perpassam a privatização, mas, em especial, evidenciaremos os reflexos do gerencialismo, no cenário educativo e, mais especificamente, no trabalho docente. Ao dialogarmos o gerencialismo com a docência, estamos estabelecendo uma relação entre a dimensão macropolítica e dimensão micropolítica da educação. Mediante ao exposto, a questão norteadora da investigação ora apresentada, consiste em verificar se as tendências privatistas (macropolítica) estimulam a “privatização do trabalho docente”² (micropolítica).

A dimensão macropolítica atinge os aspectos econômicos, legislativos, sociais e políticos (SANTOS GUERRA, 1997 apud BARDISA RUIZ, 1997). Quando nos referimos a sua amplitude estrutural, estamos nos referindo à atuação do Estado. Em contrapartida, a micropolítica, contempla as relações sociais, reconhece as tensões, os conflitos e as

¹ Grupo interinstitucional estabelecido entre as três universidades estaduais paulistas – Universidade de São Paulo (USP), campus Ribeirão Preto; Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus Rio Claro; Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

² Utilizamos o termo “privatização do trabalho docente” com a intenção de evidenciar os desdobramentos do gerencialismo na docência. Nessa perspectiva, a “privatização”, esquece a sua dimensão coletiva e, conseqüentemente, transforma o trabalho docente em uma atividade cada vez mais individual.

peculiaridades existentes em uma organização. Neste caso, estamos tratando da escola, enquanto instituição que pode ser caracterizada como reprodutora do Estado e, ao mesmo, manifestar em seu cotidiano situações diversas e, inclusive, de resistência.

Com a intencionalidade de contextualizar o fenômeno estudado, consideramos trivial sinalizarmos a influência do gerencialismo no campo educativo e, conseqüentemente, verificarmos se o referido modelo de gestão pode ser identificado como um fator potencializador da intervenção da iniciativa privada, na esfera pública.

De acordo com Antunes (2009, p.17) as contribuições das teorias marxistas são essenciais para compreendermos o estranhamento do trabalho, no contexto capitalista. Segundo o autor, “[...] na medida em que o estranhamento expressa a dimensão de negatividade sempre presente no processo de produção capitalista, em que o produto do trabalho não pertence ao seu criador [...]”. Quando o trabalho docente reflete a esse pensamento, favorece o seguinte cenário:

[...] Nisso tudo as especificidades das interações humanas envolvidas no ensino e na aprendizagem são apagadas. A prática do ensino é reelaborada e reduzida a seguir regras geradas de modo exógeno e a atingir metas. Isso gera a lógica que permite substituir uma mão-de-obra e culturas institucionais especializadas por culturas e sistemas de gestão genéricos que visam a “obter” desempenho, melhoria da qualidade e eficácia. A gestão é uma ciência promíscua. Não tem relação necessária com substância ou processo [...] (BALL, 2004, p.1117).

Considerando os aspectos citados, nota-se que é implementado em sala de aula e, no próprio trabalho docente, a competitividade, a produtividade, de tal modo que legitima a responsabilização dos resultados. Segundo Ball (2005, p.544) “o gerencialismo representa a inserção, no setor público, de uma nova forma de poder, ele é um instrumento para criar uma cultura empresarial competitiva”.

Com essa concepção devidamente instalada, os profissionais da educação são responsabilizados pelos resultados obtidos pela instituição, entretanto, é essencial elencarmos que os professores são apontados como os principais responsáveis (ANDERSON, 2017). A dualidade da docência em relação ao contexto político, econômico e social proporciona tanto a precarização do trabalho docente, bem como, a “valorização” do mesmo. Do ponto de vista ideológico:

Os professores são perigosos porque *eles estão intimamente ligados à produção social da força de trabalho*, fornecendo aos estudantes técnicas, competências, habilidades, conhecimentos e atitudes e

qualidades pessoais que *podem ser expressas e utilizadas no processo de trabalho capitalista*. Os professores são os guardiões da qualidade da força de trabalho! Este potencial, este poder latente que têm os professores é a razão pela qual os representantes do Estado perdem o sono preocupando-se sobre o seu papel em assegurar que os futuros trabalhadores sejam entregues aos locais de trabalho pelo capital nacional e *que disponham da mais alta qualidade possível*. (HILL, 2003, p.27, grifos do autor.)

Peroni (2009) destaca que o sistema econômico capitalista afeta os professores, desde sua formação inicial até o exercício da prática profissional. Ao pensarmos nas instituições de ensino públicas e reconhecendo o estabelecimento de uma gestão empresarial, identificamos a introdução de padrões, nomenclaturas e tarefas que são oriundas da iniciativa privada. Complementando o debate, Ball (2004, p.1116) sinaliza o conceito de performatividade como um elemento potencializador desses processos e apresenta como consequência a flexibilização dos contratos sociais.

1.1 Justificativa

Os processos de privatização estão estreitamente relacionados com a precarização da educação pública e, não obstante, incidem na formulação de políticas públicas. Em decorrência de tal premissa, destacamos a relevância deste estudo pontuando a sua pertinência na atualidade e as suas contribuições ao que se refere à concretização do direito à educação.

Outro aspecto para legitimar as contribuições teóricas para a sociedade refere-se à escassez de produções que discutem trabalho docente e privatização. É importante ressaltar que contribuiria para a construção de saberes na área dado que, contextualizaríamos conjuntamente o fenômeno, elaboraríamos um mapeamento das produções científicas na área e identificaríamos seus desdobramentos.

1.2 Objetivos

Objetiva-se, de modo geral, identificar, a partir de mapeamento de produção bibliográfica, as implicações da adoção do gerencialismo e das tendências privatistas no trabalho docente.

Mais especificadamente, objetiva-se:

- a. Identificar os artigos científicos referentes à temática abordada, no período de 2006-2016;
- b. Comparar a particularidade da gestão gerencial com a natureza do trabalho docente;
- c. Apontar as contribuições do Estado gerencial na intensificação dos processos de privatização;

2 GERENCIALISMO E SEUS ASPECTOS HISTÓRICOS, ADMINISTRATIVOS E MACROPOLÍTICOS

A investigação ora apresentada se debruçará conceitualmente nas contribuições do gerencialismo na intensificação da privatização da educação. Deste modo, no primeiro momento, considera-se trivial contextualizarmos historicamente as origens e o cenário oportuno para formulação de um novo modelo de gestão pública³.

Posteriormente, caracterizaremos o gerencialismo, explicitaremos em que circunstâncias esse modelo de administração foi adotado, quais são seus impactos na formulação de políticas públicas e apresentaremos seus aspectos conceituais, juntamente com o conceito de Estado.

2.1 Contextualização histórica e conceitual acerca da temática abordada.

2.1.1 Aspectos históricos

Partiremos do pressuposto que o gerencialismo é um desdobramento da “Nova gestão Pública”⁴. Entretanto, consideramos elementar pontuarmos o contexto em que um novo paradigma de gestão pública foi formulado. Em decorrência disso, necessitaremos ampliar o nosso entendimento acerca dos acontecimentos que permearam e, ao mesmo tempo, viabilizaram a efetivação de uma organização gerencialista, no campo educativo.

Após realizarmos uma breve análise de conjuntura⁵, consideramos que seria pertinente para a presente investigação, enfatizar alguns acontecimentos históricos que ocorrem a partir década de 70. Primeiramente, um acontecimento marcante, é o

³ As reformas educativas, principalmente, nos anos 90, incidiram diretamente na administração escolar e, conseqüentemente, no trabalho docente (BOLIVAR, 2009).

⁴ De acordo com Paula (2005), o movimento gerencialista foi essencial na constituição da “Nova Gestão Pública”, entretanto, devemos pontuar que, o conceito “gerencialismo”, se consolidou enquanto uma nova estratégia de gestão, a partir dos anos 80.

⁵ No desenvolvimento da pesquisa, nos deparamos com alguns questionamentos contextuais acerca do gerencialismo. Para nortear a discussão, realizamos uma análise de conjuntura, com a intenção de perceber os diferentes níveis de intensidade da gestão gerencial, de acordo com determinadas circunstâncias. Para análise identificamos; quais foram os acontecimentos, qual era o cenário, quem eram os atores envolvidos e qual era a relação de força (SOUZA, 2001).

auge da crise do Estado de Bem-estar Keynesiano (LIMA; GANDIN, 2012; BALL, 2004). Justifica-se a relevância do fenômeno, tendo em vista que o pensamento neoliberal apresentava uma contraproposta em relação ao Estado de bem-estar social. Perante a crise, as ideias neoliberais são disseminadas de maneira fluída, principalmente, ao que se refere à reestruturação da economia mundial, por meio do livre mercado.

Considerando que os primórdios do neoliberalismo situavam-se próximo ao término da Segunda Guerra Mundial, antes de darmos continuidade à discussão, abordaremos brevemente à formulação da corrente neoliberal. De acordo com Cerqueira (2008), a obra de Hayek, intitulada “*O Caminho da Servidão*”⁶, foi fundamental para formulação das bases teóricas do neoliberalismo. Em suma, podemos afirmar que a corrente neoliberal teve como principais precursores; Milton Friedman, Friedrich Hayek e não poderíamos deixar de mencionar a importância da escola de Chicago e da escola austríaca (PAULA, 2005), neste processo.

Mesmo com os estudiosos engajados no ideário neoliberal, a corrente, devido à vigência do Estado de Bem-Estar Social, no primeiro momento, não tinha muitos adeptos e também não foi disseminada a ponto de fundamentar expressivamente as políticas públicas e implicar nas estratégias de regulação do Estado, mas, de certa forma, possibilitou uma nova perspectiva a respeito da reestruturação da economia.

De acordo com Sander (2002, p.20), após a Segunda Guerra Mundial, os economistas promoveram ações que contemplavam as questões da economia, do desenvolvimento, da administração e da educação. Para exemplificar esses processos podemos mencionar o Plano Marshall (na Europa) e a Aliança para o Progresso (nas Américas).

Sander (2002, p.20), afirma que nas décadas de 60 e 70, na América Latina, as políticas públicas relacionadas à gestão e a organização educativa, foram inspiradas em modelos internacionais. Além disso, a nível macropolítico, são discutidas as seguintes temáticas; planificação dos recursos humanos e teoria do capital humano.

Tal premissa foi influenciada ideológica e financeiramente por países desenvolvidos. Perante a tais contribuições, foram elaborados planejamentos governamentais e, conseqüentemente, planejamentos educativos. Em síntese, os

⁶ Publicada no Reino Unido, em 1944.

planejamentos atribuíram valor de mercado à educação, enaltecendo sua rentabilidade e apostando nas futuras contribuições do setor educativo na economia mundial. A referida tendência foi fomentada a partir dos estudos da Teoria do Capital Humano (TCH), teorizada por Schultz (FRIGOTTO, 1994).

Retomando o ordenamento cronológico dos acontecimentos históricos, na década de 80, podemos destacar como atores marcantes, Ronald Reagan (Estados Unidos) e Margaret Thatcher (Reino Unido) (NEWMAN; CLARKE, 2012; GOROSTIAGA; PINI, 2004; APPLE, 2000). Ambos os governos, por manifestarem concepções conservadoras na esfera política, podem ser classificados como conservadores, mas, ao agregarem alguns elementos da proposta econômica liberal, os que eram até o presente momento, caracterizados como conservadores, passam a ser considerados, neoconservadores (NEWMAN; CLARKE, 2012).

Apontando outra perspectiva, Barroso (2005, p.741), considera que “[...] através do tatcherismo e do regganismo, assistiu-se ao surgimento das chamadas “políticas neoliberais” [...]”. Mesmo elencando os diferentes fenômenos que provocaram a crise do Estado de bem-estar social, Newman e Clarke (2012), afirmam que “a crise do estado foi precipitada” pela seguinte causa e teve como consequência uma nova forma de governo que extrapolava o ideário neoliberal:

[...] Esta crise foi precipitada por uma aguda elevação nos preços do petróleo em muitas nações ocidentais e resultou em um profundo reordenamento da economia e da sociedade, marcado pelo aparecimento da política da Nova Direita (representado pelo tatcherismo no Reino Unido; Reagan e o Partido Republicano reinventado nos EUA) [...] (NEWMAN; CLARKE, 2012, p.354).

Os autores ainda complementam:

[...] O período thatcheriano, sustentado por uma mistura instável de ideologia neoconservadora e teoria econômica hayekiana, pode ser encarado como uma resposta ao que era comumente compreendido como uma crise econômica e política: a combinação de recessão econômica e exaustão de um governo trabalhista prévio. Esta combinação era vista como desmantelando o acordo político-econômico anterior entre capital e trabalho que tinha sido institucionalizado no estado de bem-estar keynesiano. (NEWMAN; CLARKE, 2012, p. 355).

As considerações pontuadas anteriormente são essenciais para compreendermos como foram diluídas as barreiras ideológicas das diferentes correntes políticas. Após o surgimento de nova configuração política e econômica

em âmbito mundial, foi formulada uma aliança entre os neoconservadores e os neoliberais, tal aliança, possibilitou a consolidação da “nova direita” (APPLE, 2000).

Em virtude dessa união, percebe-se que, o mesmo grupo político, pode se posicionar favorável aos princípios estabelecidos pela corrente neoliberal e, ao mesmo tempo, revelar atitudes oriundas das correntes neoconservadoras. Explicitamos essa definição, devido ao fato, de serem correntes epistemologicamente distintas. Inclusive, é interessante salientar que mesmo dentro da “nova direita” havia divergências:

[...] é importante apontar que a nova direita, estabelecida no Reino Unido e nos Estados Unidos, gerou dois grupos politicamente distintos: os anarcoliberais e os neoliberais. O primeiro grupo recorre ao liberalismo puro do século XVII e defende um Estado-mínimo para manter a lei, a ordem e a segurança dos cidadãos. Já os neoliberais, como Hayek e Friedman, não defendem exatamente um Estado-mínimo [...] (PAULA, 2005, p.32).

Conforme Apple (2010), a “nova direita” (sobretudo, no que concerne ao acordo hegemônico no campo educativo), também era composta por outros agentes, que são; os populistas autoritários⁷ e algumas frações da nova classe média. O novo grupo questionava a eficiência do Estado burocrático e defendia a atuação subsidiária do Estado⁸.

O discurso da eficiência é fundamental e está diretamente relacionado às propostas do gerencialismo. Uma das grandes críticas da Nova Direita ao Estado de bem-estar social era a ineficiência de sua administração e do mau gerenciamento das instituições e das políticas estatais. Na reconstrução do Estado, muito foi dito em relação à falta de capacidade do Estado de bem-estar social em fazer com que as nações, principalmente no caso do Reino Unido e dos Estados Unidos, fossem competitivas no cenário mundial. (LIMA; GANDIN, 2012, p.73).

Nessa conjuntura, o pensamento neoliberal encontrava-se cada vez mais refinado e disseminado. Conforme os apontamentos de Paula (2005, p.33), a década de 80 foi o período de maior adesão aos princípios formulados pela teoria de

⁷ Composto de maneira significativa de fundamentalistas religiosos.

⁸Blanco (1987) critica a atuação do Estado enquanto educador e responsável pelos assuntos econômicos. Segundo o autor, os responsáveis pela educação deveriam ser (na seguinte ordem); a família e a igreja. O autor justifica essa atribuição, apontando que o Estado é ineficiente na tarefa educativa e ainda, demanda muitos gastos para a concretização da mesma.

escolha pública. Ainda de acordo com a autora, elucida-se que a “Teoria de Escolha Pública” criticava a burocracia do Estado.⁹

Entre a década de 80 e 90, novos atores entram em cena. Neste contexto, temos a atuação dos “reformadores empresariais”, do Banco Mundial (BM), do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)”. Com todos devidamente posicionados, intensifica-se a atuação do Estado gerencialista, principalmente, ao que se refere à educação. Segundo Freitas, em relação aos reformadores empresariais, temos o seguinte marco cronológico:

De fato, este movimento tem seu início a partir dos anos de 1980, com a publicação do relatório *A Nation at Risk* (National Commission on Excellence in Education, 1983), o qual apresentava um quadro de caos para a educação americana que, segundo os reformadores empresariais, comprometeria sua competitividade no cenário internacional [...] (FREITAS, 2012, p.381).

Em especial, em 1989, com o desempenho dos referidos organismos internacionais, estrutura-se o “Consenso de Washington”. Conforme Batista (1994), a reunião convocada com o tema “*Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*” não possuía caráter deliberativo, entretanto, ao se reunirem nos E.U.A., as entidades avaliaram “as reformas econômicas empreendidas nos países da região” (BATISTA, 1994, p.5. Nesta reunião foram priorizadas as questões econômicas a fim de indicar práticas que viabilizassem os princípios democráticos e que, ao mesmo tempo, potencializassem a economia nacional e, de maneira subliminar, a economia global. Ainda conforme o autor, a avaliação realizada revela “implicitamente a inclinação a subordinar, se necessário, o político ao econômico” (BATISTA, 1994, p. 10).

De acordo com Rey (2010), outro acontecimento marcante foi:

[...] A queda do Muro de Berlim, em 1989, significou um fato fundamental na ascensão neoliberal, pois a partir da inexistência da alteridade não-capitalista, a globalização e seus correlatos de “pensamento único” não somente arrasaram com muitas das conquistas materiais obtidas pelas classes populares durante os anos de pós-guerra senão que também impactaram negativamente

⁹ Conforme Paula (2005, p.33) os estudiosos da teoria da escolha pública se empenharam em criticar a burocracia do Estado, enquanto os neoliberais disseminavam a “eficiência do mercado”. Perante a isso, reconhecemos a articulação de ambos os movimentos, na substituição do paradigma de administração burocracia, por parte do Estado.

nas formas de construção política e ideológica dos setores subalternos [...] (REY,2010, p. 26, tradução nossa).¹⁰

Em tempos de transição para o novo milênio, o Estado, alterou sua forma de regulação (BARROSO, 2005; BOLIVAR, 2009; WEILER, 1996), descentralizando algumas atribuições e centralizando outras. Perante o “processo mundial de globalização” (FELDFEBER, 2009, p.25), nos anos 90, temos um período de reforma do Estado que, por sua vez, contribuiu demasiadamente na elaboração das reformas educativas. Rey (2010) pontua “o auge neoliberal na América Latina e leituras da globalização”:

[...] A perda de identidade dos Estados nacionais no contexto do mercado mundial, provocada pelo processo de “globalização”. A receita Neoliberal clássica propôs, então, diminuir o aparato estatal (via privatizações e desregulações) e ampliar, correlativamente, a esfera da “sociedade”, em sua versão de economia aberta e integrada plenamente ao mercado mundial [...] (REY, 2010, p.23, tradução nossa).¹¹

A reforma foi orientada pela nova configuração da sociedade do conhecimento (ALVARIÑO et al, 2000) e conseqüentemente, da globalização neoliberal (REY, 2010). Suas características marcantes foram; a “concessão” de autonomia institucional (FELDFEBER, 2009. p.38), a elaboração de políticas públicas focalizadas e adoção de estratégias de privatização dos serviços sociais.

Para exemplificar a reforma, a autora, identifica algumas políticas implementadas na região. Com a finalidade de possibilitar uma visão panorâmica das políticas propostas, elaboramos um quadro:

QUADRO I. Relação entre regiões/países e políticas elaboradas durante o período de reformas da década de 90'

| Região/ País | Políticas educacionais implementadas |
|--------------|--------------------------------------|
|--------------|--------------------------------------|

¹⁰ [...] La caída del Muro de Berlín, en 1989, significó un hito fundamental en el ascenso neoliberal, pues a partir de la inexistencia de la alteridad no capitalista, la globalización y su correlato de “pensamiento único” no sólo arrasaron con muchas de las conquistas materiales obtenidas por las clases populares durante los años de posguerra sino que también impactaron negativamente en las formas de construcción política e ideológica de los sectores subalternos[...]

¹¹[...] la pérdida de entidad de los Estados nacionales en el contexto del mercado mundial, provocada por el proceso de “globalización”. La receta neoliberal clásica propuso, entonces, achicar el aparato estatal (vía privatizaciones y desregulaciones) y ampliar correlativamente la esfera de la “sociedad”, en su versión de economía abierta e integrada plenamente AL mercado mundial[...]

| | |
|--------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Nicarágua | Criação de “ <i>escolas autônomas</i> ”. (RIVAS, 2001 apud FELDFEBER, 2009). |
| El Salvador | <i>Programa Educação com participação da comunidade (EDUCO)</i> |
| San Luis (Província Argentina) | <i>Escolas autogestionadas</i> |
| Guatemala | <i>Programa Nacional de Autogestão para o Desenvolvimento Educativo (PRONADE)</i> |
| Chile | Os processos de <i>municipalização da educação</i> implicou no <i>financiamento sobre a base de Unidades de Subvenção Escolar por Aluno</i> . |
| Brasil | “ <i>Experiências centradas nas estruturas de gestão colegiadas com capacidade jurídica para administrar fundos, a eleição dos diretores e os planos de desenvolvimento escolar</i> ” (ESPINÓLA, 2002 APUD FELDFEBER, 2009). Exemplo: <i>Projeto de Escola Cidadã</i> |

Fonte: Elaborado com base nos dados extraídos em Feldfeber (2009, p.38-39).

Em virtude dos acontecimentos históricos pontuados acima, consideramos que a conjuntura prévia do gerencialismo, foi essencial para sua consolidação. A partir da Crise do Estado de Bem-Estar Social, encontra-se o momento oportuno para diluir as estruturas burocráticas da administração pública, introduzir princípios gerenciais e constituir um novo paradigma de administração pública.

Na atualidade, o gerencialismo aparece de maneira latente nas políticas públicas, principalmente, no âmbito educacional, bem como, tem se manifestado a partir dos processos de *empowerment*, *accountability*, das tendências privatistas, das avaliações em larga escala, etc. Tais processos estão afetando diretamente o trabalho docente e por esse motivo, centraremos nossos objetivos nas contribuições (positivas ou negativas) do gerencialismo na micropolítica da escola, mais especificamente, no trabalho docente.

Ao pensarmos na complexidade do termo e, em virtude das particularidades do fenômeno, reconhecemos que os aspectos históricos contribuem demasiadamente na compreensão do gerencialismo, enquanto uma construção

histórica. Entretanto, ao focalizarmos os aspectos históricos, permitimos que ficassem algumas lacunas no âmbito conceitual. Mediante ao exposto, continuaremos a discussão enfatizando, posteriormente, os aspectos conceituais.

2.3 Aspectos Conceituais: Estado e Gerencialismo

No subcapítulo anterior, para melhor compreensão do trabalho, situamos historicamente o conceito do gerencialismo e notamos que, dentro do termo, existem outros conceitos que perpassam e viabilizam os processos gerenciais. Mediante ao exposto, o subcapítulo ora apresentado abordará, de maneira sucinta, os referenciais teóricos que discutem os conceitos: Estado e Gerencialismo.

Justificamos a relevância do presente capítulo, devido ao fato, da administração gerencial ser aderida pelo Estado e, na medida em que o gerencialismo ultrapassa a esfera ideológica e se manifesta a partir das políticas públicas, constitui-se um Estado Gerencial (NEWMAN; CLARKE, 2012). Um dos pressupostos de Newman e Clarke (2012, p. 355), era “localizar o gerencialismo como uma formação cultural e um conjunto distinto de ideologias e práticas que formavam um dos sustentáculos do novo acordo político”.

2.4 Perspectivas conceituais: Estado

Consideramos de suma importância pontuar o conceito visto que, o Estado, representa os aspectos macropolíticos da educação¹² (BARDISA, 1997). É possível afirmar que a primeira sistematização teórico-conceitual acerca do Estado foi elaborada por Thomas Hobbes, em sua obra “*Leviatã*”¹³. Morrison (2012) argumenta que, “no *Leviatã*, Hobbes propõe que o poder confere conhecimento e que o segredo da ordem social consiste em controlar a sociedade”.

Por mais que a obra *Leviatã* seja considerada clássica (ou seja, mesmo sendo publicada em 1651, as suas contribuições teórico-conceituais, ainda são pertinentes para sociedade atual), sentimos necessidade de pontuar autores

¹² Como a investigação ora apresentada é permeada pelas questões educacionais, enfatizamos que o Estado representa os aspectos políticos da educação, mas, devemos elucidar que o Estado representa o aspecto macropolítico de todos os setores sociais. Essa afirmação é válida, principalmente, quando nos referimos à concepção de Estado Moderno.

¹³ Publicado na Inglaterra, em 1651.

contemporâneos para tratar da Teoria Geral do Estado. A partir desse movimento de interpretar a evolução conceitual do termo, expandiremos nossos horizontes teóricos e refinaremos nossas percepções acerca do mesmo.

Sahid Maluf (1998, p.23) elenca como elementos constitutivos de Estado: 1) *População*; 2) *Território*; 3) *Governo*. Para o autor, a perfectibilidade do Estado consiste em expressar os três elementos citados anteriormente de maneira concomitante e ainda, devem ser caracterizados pela “população homogênea, território certo e inalienável e governo independente”.

O autor explicita seus pressupostos pontuando diferentes perspectivas sobre a população e, dessa forma, a população pode ser concebida como o “*nacional*” (representando uma “unidade étnica”) e como “reunião de indivíduos de várias origens, os quais se estabelecem num determinado território, com ânimo definitivo, e aí se organizam politicamente”. As noções de território estão atreladas a base física e a nação. E por fim, o governo, é uma “delegação da Soberania Nacional”.

Rey (1999) explicita que, o Estado, possui múltiplos significados e por isso compreender o conceito, em sua magnitude, demandaria a formulação de teoria(s) do Estado, segundo a autora:

Muitas vezes se tem discutido sobre a possibilidade de formular UMA TEORIA DO ESTADO, ou se é mais apropriado falar de TEORIAS do ESTADO, em virtude da disparidade de enfoques acerca da natureza, fundamentos e características da realidade Estatal. Vale destacar que atrás de cada concepção de Estado existe uma forma de interpretar a sociedade e o poder político que não é uma mera descrição do “real”, senão que importa valorações que, por sua vez, recortam e influenciam sobre a realidade que se pretende descrever[...](REY, 1999, p. 2, tradução nossa, grifo do autor)¹⁴.

Conceitualmente, ainda de acordo com Rey (1999), o Estado, pode ser entendido como; articulador das relações sociais e como um conjunto de aparatos. Enquanto articulador das relações sociais e detentor dos mecanismos de coerção, o Estado, cumpre um papel essencial para a manutenção da sociedade capitalista e na legitimação das relações de poder. Em relação ao conjunto de aparatos, o

¹⁴ Muchas veces se ha discutido sobre la posibilidad de formular UNA TEORIA DEL ESTADO, o si es más apropiado hablar de TEORIAS del ESTADO, en virtud de la disparidad de enfoques acerca de la naturaleza, fundamentos y características de la realidad estatal. Cabe destacar que detrás de cada concepción del Estado existe una forma de interpretar a la sociedad y al poder político que no es una mera descripción de "lo real", sino que importa valoraciones que a su vez recortan e influyen sobre la realidad que se pretende describir.

Estado, se manifesta de maneira concreta a partir de aparatos estatais (governos e seus respectivos representantes).

Estabelecendo um diálogo entre as facetas abstratas e concretas do Estado, identificamos que a atuação do Estado pode ser alicerçada pelos princípios de principalidade ou subsidiaridade (BLANCO, 1987) e, conforme os fundamentos estabelecidos, as políticas públicas se manifestam de modo distinto. Para fins didáticos, elaboramos um quadro ilustrando como se diferem as concepções acerca das suas atribuições, de acordo com cada princípio.

QUADRO II. Papel desempenhado pelo Estado conforme os princípios de Principalidade e Subsidiaridade.

| Concepções | Principalidade | Subsidiaridade |
|--------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>Direitos</i> | O Estado prezar ^á pela garantia dos <i>direitos sociais</i> possibilitando que todos sejam contemplados, de modo igualit ^{ário} . | O Estado é respons ^{ável} por zelar pela liberdade individual e ainda, garantir que todos os cidad ^{ãos} usufruam dos seus <i>direitos individuais</i> . |
| <i>Público e Privado</i> | A atuação do Estado reside na <i>esfera pública</i> em detrimento da esfera privada | A <i>esfera privada</i> é valorizada, devido ao fato de possibilitar que se mantenha a ordem natural da sociedade (Conforme os princípios estabelecidos pela Família e pela Igreja). De acordo com princípio de subsidiaridade que a esfera pública é burocrática e demanda gastos exacerbados. |
| <i>Instrução</i> | Defende a <i>instrução pública</i> e gratuita para todos. | Legitima a <i>instrução moral</i> e ainda promove o princípio de Liberdade de Ensino |
| <i>Regulação do Aparelho Estatal</i> | O Estado <i>centraliza</i> sua responsabilidade em garantir o direito de todos e cidad ^{ãos} . | O Estado <i>descentraliza</i> sua responsabilidade na concretização dos direitos sociais e respalda, legalmente, a materialização dos direitos individuais. |
| <i>Princípios</i> | <i>Neutralidade</i> (Laico) | <i>Moral</i> (Religioso) |
| <i>Papel</i> | <i>Positivo</i> (Presença) | <i>Negativo</i> (Ausência) |

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O Quadro II demonstra como o Estado também apresenta diversas facetas e por isso, pontuamos o termo como relevante para o estudo, tendo em vista que as formulações de políticas públicas¹⁵ estarão intrinsecamente associadas aos princípios adotados. Em relação ao campo educativo, Feldfeber (2009, p 28,

¹⁵ Ver Espinoza (2009).

tradução nossa) ¹⁶, afirma que, o Estado, em sua constituição histórica, também transitou “*do Estado educador ao Estado avaliador*”.

2.5 Perspectivas conceituais: Gerencialismo

Compreender os aspectos conceituais do gerencialismo demanda um profícuo esforço intelectual, dado que, assim como os outros elementos abordados nesse estudo, é um fenômeno complexo e sua estruturação ocorre forma processual. Para tratarmos a origem de algo desta natureza, teremos que analisar as informações e discutir os resquícios dos acontecimentos que transpassaram o conceito e suas implicações no mesmo. Ao contextualizarmos o fenômeno, aponta-se:

Em alguns países, durante boa parte do século XX, a busca de uma diferenciação entre a gestão empresarial e a pública esteve presente nos domínios acadêmicos governamentais. Entretanto, a partir da década de 1970, a tentativa de adaptar e transferir os conhecimentos gerenciais desenvolvidos no setor privado para o setor público começou a se tornar preponderante no Reino Unido e nos Estados Unidos. Esta visão alcançou o seu auge nos anos 1980 com a emergência da *new public management* ou a nova administração pública. [...] (PAULA, 2005, p.22)

Conforme a autora, o gerencialismo foi consolidado a partir da década de 70 e teve maior repercussão nos Estados Unidos e no Reino Unido. Mas, devemos salientar que a discussão sobre a temática foi anunciada anteriormente e, em seus primórdios, o novo modelo, foi elaborado para o setor público em geral e, aos poucos, foi sendo introduzido no campo educativo.

Ao conceber o gerencialismo, enquanto um desdobramento da “Nova Gestão Pública” estamos considerando que, naquele contexto histórico, um novo paradigma de administração pública, foi de vital importância para difusão dos princípios gerenciais. Inclusive, os princípios nortearam a superação do modelo administrativo anterior, modelo este, que orientava as ações por meio da burocratização do processo (Keeling; Farnham, 1973; Horton, 1973 apud Paula, 2005).

De acordo com Barroso (2005, p.726), são formuladas “medidas políticas e administrativas que vão, em geral, no sentido de alterar os modos de regulação dos poderes públicos no sistema escolar” e, ainda segundo o autor:

¹⁶ Estado Educador al Estado Evaluador

Estas medidas tanto podem obedecer (e serem justificadas), de um ponto de vista mais técnico, em função de critérios de modernização, desburocratização e combate à “ineficiência” do Estado (“*new public management*”), como serem justificadas por imperativos de natureza política, de acordo com projectos neoliberais e neoconservadores, com o fim de “libertar a sociedade civil” do controle do Estado (privatização), ou mesmo de natureza filosófica e cultural (promover a participação comunitária, adaptar ao local) e de natureza pedagógica (centrar o ensino nos alunos e suas características específicas). (BARROSO, 2005, p.726)

Os apontamentos citados anteriormente apresentam duas dimensões do gerencialismo, que são: a dimensão técnica e a dimensão política. Para complementar essa categorização realizada pelo autor, dialogaremos com as contribuições teóricas de Newman e Clarke (2012). Segundo os autores, em relação ao tema, existem os termos *gerencialismo* e *gerencialização*. Com o intuito de entendê-los, apresentaremos suas especificidades:

Quadro III. Especificidades dos termos Gerencialismo e Gerencialização

| Gerencialismo | Gerencialização |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Identificado enquanto <i>ideologia</i> , o gerencialismo, defende <i>o direito de gerir</i> e prioriza a <i>eficiência</i> . Nesse sentido, as ações serão projetadas de acordo com as <i>metas organizacionais e sociais</i> . Para concretizar os objetivos propostos, a <i>estruturação</i> será elaborada a partir de um <i>viés calculista</i> . | De modo geral, a gerencialização pode ser interpretada com um processo. O referido fenômeno poderá se materializar a partir de duas abordagens: o <i>estabelecimento de autoridade gerencial sobre os recursos e a tomada de decisão corporativa</i> . Em suma, a gerencialização é um processo que <i>cria formas de “gerir” e o tipo de gestores</i> . A gerencialização, objetivando explicitar as <i>formas de conhecimento e suas implicações nos padrões de relacionamentos</i> , possibilita também, o <i>estabelecimento das estruturas calculistas de gerencialismo</i> , |

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base em Newman e Clarke (2012, p.359).

O quadro III apresenta a definição dos termos, bem como, os princípios defendidos pelos mesmos, suas funções, estruturas, seus objetivos e procedimentos. Perante as informações obtidas, percebemos que o gerencialismo pode ser identificado como uma ideologia e a gerencialização é responsável pela materialização da mesma. Em síntese, mesmo reconhecendo que são termos conceitualmente distintos, compreendemos ambos os conceitos um elemento *sine*

qua non para consolidação do “Estado Gerencialista”, principalmente, ao que se refere à sua contribuição ideológica. Para destacar sua função explicitares suas repercussões nos processos de reforma do Estado.

O gerencialismo como ideologia era essencial para o processo de reforma das décadas de 1980 e 1990 no Reino Unido porque traduzia um *ethos* de negócios do setor privado no estado e no setor público. Ocorre que, mesmo onde os serviços públicos não foram totalmente privatizados (e muitos permaneceram no setor público), era exigido que tivessem um desempenho como se estivessem em um mercado competitivo. Era exigido que se tornassem *semelhantes a negócios* e este *ethos* era visto como personificado na figura do gerente (em oposição ao político, ao profissional ou ao administrador). Isto introduziu novas lógicas de tomada de decisão que privilegiavam economia e eficiência acima de outros valores públicos. (NEWMAN; CLARKE, 2012, p. 358, grifo do autor).

3. TENDÊNCIAS PRIVATISTAS: PERSPECTIVAS, LEGISLAÇÕES E SUAS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE

"Privatize-se tudo, privatize-se o mar e o céu, privatize-se a água e o ar, privatize-se a justiça e a lei, privatize-se a nuvem que passa, privatize-se o sonho, sobretudo se for diurno e de olhos abertos. E finalmente, para florão e remate de tanto privatizar, privatizem-se os Estados, entregue-se por uma vez a exploração deles a empresas privadas, mediante concurso internacional. Aí se encontra a salvação do mundo[...]"
José Saramago (1996, p. 148).

Abordar superficialmente as tendências privatistas na educação básica, não contemplaria os objetivos estabelecidos pela presente pesquisa. Diante disso, será necessário discutirmos os processos de privatizações e suas especificidades. Para aprofundarmos o entendimento da temática, evidenciaremos as diferentes perspectivas dos processos de privatização e suas intensidades.

Tendo em vista a problemática de "coisificação" do trabalho docente, retrataremos como as tendências privatistas afetam diretamente a docência e conseqüentemente, oportunizam outras possibilidades de parcerias público-privadas. O referido estudo tem a intencionalidade de evidenciar os diferentes processos de privatização, abordando os múltiplos desafios enfrentados pela dita categoria profissional, à luz das políticas educacionais e das teorias administrativas.

Com a intencionalidade de abordarmos a temática de modo coerente, apresentaremos perspectivas distintas acerca das tendências privatistas. O informe intitulado "*La privatización encubierta en la educación pública*" formulado por Ball e Yodell (2008) nos permite identificar duas categorias de processos de privatização da educação pública.

As referidas tendências, no primeiro momento, poderão ser identificadas como exógenas e endógenas (BALL; YODELL, 2008). Os autores apontam que ambas as tendências são indissociáveis e perante essa afirmação, percebe-se que as privatizações exógenas podem legitimar as privatizações de natureza endógena e vice-versa. Tal articulação propicia a intensificação das parcerias público-privadas no campo educativo.

Conforme as pesquisas desenvolvidas anteriormente pelo GREPPE, foi possível ramificar as tendências privatistas e categorizá-las nas dimensões: “da oferta, da gestão e das atividades fins da educação” (ADRIÃO et al, 2009). A privatização *da oferta* é manifestada por meio de convênios entre instituições públicas e privadas e se materializa a partir da oferta de matrículas, materiais apostilados e etc. Dialogando com Ball e Yodell (2008), a dimensão *da oferta* pode ser classificada como exógena.

Em contrapartida, quanto se trata da privatização *da gestão*¹⁷ e *das atividades fins da educação*, podemos qualificá-las como processos de privatizações de natureza endógena, ou seja, são manifestadas subliminarmente no contexto escolar. Dentre as possibilidades de diálogos conceituais, é possível também estabelecermos uma relação entre a natureza endógena e gerencialismo. Considerando que a administração gerencial reformula os princípios, meios e fins da educação e legitima a lógica da iniciativa privada na esfera pública, verifica-se um novo olhar sobre a gestão pública.

Sob a genérica denominação “Nova Gestão Pública”, o modelo gerencialista de gestão objetiva agregar princípios, valores e estratégias provenientes da administração privada (racionalização de tarefas; separação entre os níveis estratégico e operacional de decisão e ação; gestão por objetivos/resultados; remuneração por desempenho, etc.) à gestão pública. [...] (RAMOS, 2016, p.547)

Para pontuar a relevância e a veracidade desses processos no campo educativo, Gorostiaga e Pini (2004), apresentam a intensificação das tendências privatistas conforme a concepção neoliberal de educação. Mediante ao exposto, os autores apresentam quatro novas políticas implementadas no campo educativo.

QUADRO IV. Comparativo entre as políticas de governo e as tendências privatistas.

| Identificação da política de governo | Papel assumido pelo Estado | Recursos necessários para efetivação do | Consequências no campo da |
|--------------------------------------|----------------------------|-----------------------------------------|---------------------------|
| | | | |

¹⁷ A privatização *da gestão* pode ser simultaneamente classificada como endógena e exógena (BALL; YODELL, 2008) devido ao fato, que a sua dimensão exógena é possibilitada por meio de contratação e/ou convênio de assessores pedagógicos ou outros cargos de gestão e, por sua vez, pode alcançar também a dimensão endógena por meio da atuação e/ou direcionamento político-pedagógico da instituição, incidindo diretamente nas atividades fins da educação.

| | | modelo | educação |
|----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Gestão baseada na escola | Nesse modelo, o Estado descentraliza suas atribuições e identifica a escola como uma unidade de melhoramento do sistema, "concedendo" autonomia para instituição. | É necessário estabelecer um acordo que no qual, somente os atores envolvidos na gestão da instituição detém o poder de decisão, posteriormente, na escala de poder estão os professores e por fim, a comunidade (pais, estudantes e funcionários) | Não existe participação efetiva dos professores, dos pais e da comunidade. |
| Subsidio a demanda através de vouchers | Na América Latina, o Chile, a partir da reforma instaurada durante o governo de Pinochet municipalizou a administração da educação e permitiu que algumas instituições privadas recebessem financiamento estatal de acordo com seu número de alunos. | Para implementação dos modelos, os responsáveis podem usar recursos públicos para enviar os seus filhos para as escolas privas. Nesse sentido, amplia-se o conceito de eleição das escolas. Na maioria dos casos, cada estudante recebe um voucher equivalente ao que o Estado teria gastado no sistema público. | Segmentação do sistema, exclusão educacional e intensifica a desigualdade educacional. |
| Escola charter ou concessionadas | Recebem fundos do Estado para alcançar os objetivos estabelecidos em seus contratos. | Elas são dirigidas a grupos específicos, mais distantes do mercado, mais orientados por critérios de equidade e, em alguns casos, por um interesse no controle comunitário da escola. Em alguns casos, o interesse pelo controle comunitário. Também temos aquelas que promovem mais abertamente a competência entre escolas públicas, geralmente com capacidade de selecionar alunos com base em critérios sociais e acadêmicos. | Segmentação do sistema e exclusão. Enfatiza os aspectos administrativos em detrimentos dos pedagógicos. |

| | | | |
|--|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| | | <p>Vale ressaltar que essa perspectiva também apoia fortemente a ideia da livre eleição de escolas por parte da família.</p> | |
|--|--|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|

Fonte: Adaptado de Gorostiaga e Pini (2004, p. 11).

3.1 Diluição das barreiras existentes entre o setor público e o setor privado: implicações no direito à educação

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu art.11, inciso I, os municípios deverão organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais de seus sistemas de ensino, integrando-os as políticas e planos educacionais da Nação e dos Estados. Uma vez que, os municípios não possuem recursos suficientes para garantir o direito à educação por meio dos serviços da esfera pública, são adotadas estratégias de privatização. Inclusive, devemos destacar que, no próprio imaginário social, a esfera privada é caracterizada como sinônimo de eficiência e qualidade. Essa percepção é apenas um reflexo de uma ideologia legitimada cotidianamente.

No entanto, os grupos hegemônicos trataram de reforçar a ideia de que tudo o que é ruim provém do Estado e, logo, do público; enquanto aquilo que é eficiente e de qualidade faz parte do âmbito privado, das empresas e do mercado. Assim, começa a se difundir a noção de que é preciso inserir a lógica do mercado nas instituições públicas para que se obtenha um serviço de qualidade e de sucesso. O que se quer é apontar a necessidade de modificar o tipo de gestão das instituições públicas e mostrar que a lógica do mercado é a mais eficiente para as diferentes políticas, inclusive as sociais e as educacionais (LIMA; GANDIN, 2012, p.74).

Todavia, os estabelecimentos de ensino têm seus deveres/ obrigações explicadas na LDB/96. Em seu art. 12, mais especificadamente, nos incisos I e II, é apresentado que as unidades educativas necessitam elaborar e executar sua proposta pedagógica e, inclusive, são responsáveis por administrar as pessoas, seus recursos materiais e financeiros. Com os processos de privatização, esse artigo, subliminarmente, é deslegitimado, devido à atuação de empresas no que se refere o oferecimento de propostas pedagógicas e a própria atividade humana.

4. A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO DOCENTE: DIMENSÃO MICROPOLÍTICA

*Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar.
É da empresa privada seu passo em frente, seu pão e seu salário.
E agora, não contente, querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o
pensamento, que só á humanidade pertence.*

Bertolt Brecht

Identificamos que a docência se relaciona com o trabalho em duas perspectivas. A primeira delas compreende a docência enquanto um trabalho interativo (TARDIF; LESSARD, 2009) e a segunda, reconhece a função do trabalho docente na preparação do trabalhador para o capital (ANTUNES, 2009; HILL, 2003; MANFREDI, 2002; TARDIF; LESSARD, 2009).

Na sociedade capitalista, as diferentes perspectivas são manifestadas uma em detrimento da outra. Tardif e Lessard (2009) apontam que o trabalho docente está sendo submetido às exigências do mercado e tem produzido doses homeopáticas de conhecimento para a classe trabalhadora. Em contrapartida, os autores, descrevem o trabalho docente como uma atividade “interativa” e, portanto, pautados na especificidade do trabalho docente, apresentam uma contraproposta as imposições dos pelos processo de mercantilização e seu enfoque tecnicista.

Dentre os diferentes atores envolvidos no processo educativo, elegemos o professor como foco de análise. Pautamos a escolha, na própria natureza da educação. De acordo com Saviani (1991) a natureza da educação é o trabalho e, por sua vez, os docentes, são responsáveis pela produção do mesmo.

O trabalho produzido pela educação, pode ser categorizado como não-material. Diferentemente do trabalho material, os bens produzidos, são bens culturais, ou seja, abrangem a ética, a arte e a ciência (SAVIANI, 1991, p.20). Ao pensarmos na relação de consumo e produção, podemos afirmar que, nesse processo, o produto não se separa do produtor.

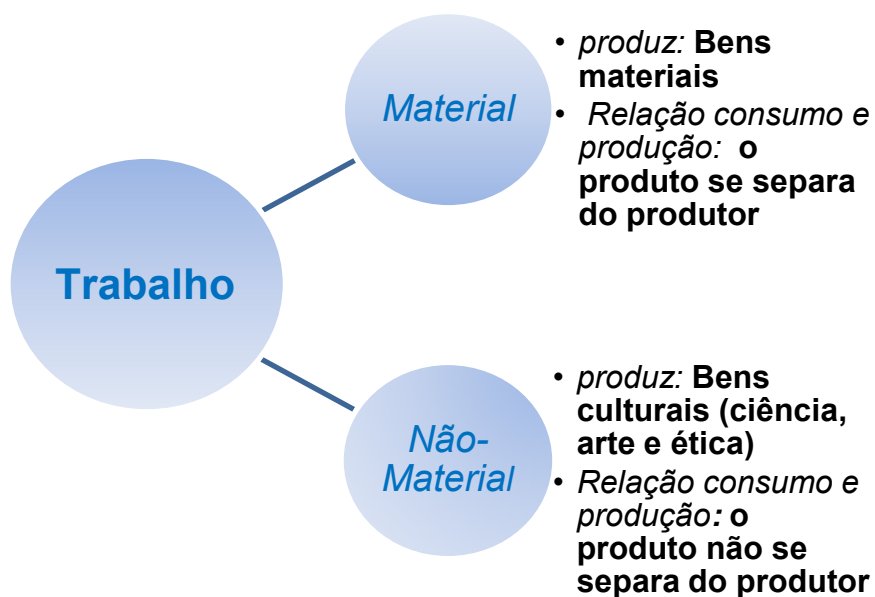
[...] se a educação não se reduz ao ensino, é certo, entretanto, que ensino é educação e, como tal, participa da natureza própria do fenômeno educativo. Assim, a atividade de ensino, a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe, ao mesmo tempo, a presença do professor e a presença do aluno. Ou seja, o ato de dar aula é inseparável da produção desse ato e de seu consumo. A aula é, pois,

produzida e consumida ao mesmo tempo (produzida pelo professor e consumida pelos alunos). (SAVIANI, 1991, p.20).

Tardif e Lessard (2009, p.8) complementam, apontando a relação da produção e do consumo e do trabalho interativo, desta forma, a docência é vista “[...] como uma forma particular de trabalho sobre o humano, ou seja, uma atividade em que o trabalhador se dedica ao seu “objeto” de trabalho, que é justamente um outro ser humano [...]”.

Em relação ao conceito de trabalho, podemos categorizá-los como; trabalho material e trabalho não-material. Uma vez o que trabalho não-material é um momento prévio e indispensável para concretização do trabalho material, afirma-se que são ambas as categorias são complementares. Mas, para fins didáticos, elaboramos uma ilustração com a intencionalidade de demonstrar as diferenças existentes entre as classificações.

Figura I. Especificidades do trabalho material e não-material.



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos apontamentos de Saviani (1991).

4.1 Desdobramentos do gerencialismo no Trabalho Docente

A visão tecnicista desencadeia a despolitização da atividade docente e, conseqüentemente a sua individualização. A atividade docente tem uma dimensão coletiva por sua natureza, mas, a partir da concepção, a prática pedagógica se reduz a mera transmissão do conhecimento.

[...] a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. Se no artesanato o trabalho era subjetivo, isto é, os instrumentos de trabalho eram dispostos em função do trabalhador e este dispunha deles segundo seus desígnios, na produção fabril essa relação é invertida. Aqui, é o trabalhador que se deve adaptar ao processo de trabalho, já que este foi objetivado e organizado de forma parcelada [...] (SAVIANI, 2010, P.381)

Em contrapartida, a dimensão micropolítica da organização escolar reage aos aspectos macropolíticos.

É na micropolítica, ou seja, na tradução da política macro para o dia a dia da escola, em sua implementação local, que os problemas aparecem, multiplicam-se e convertem-se em um terreno onde as "relações locais" contam. A "escola é uma relação", e não apenas um prédio habitado por agentes educativos comandados por um "gestor eficaz". (FREITAS, p.146, 2016)

Ao propormos o tema da presente pesquisa, temos a intencionalidade de dialogar as tendências privatistas (BALL e YODELL, 2007) com a privatização do trabalho docente.

[...] historicamente, no trabalho escolar há uma forte tendência de que cada um desempenhe seu papel, de forma setorizada, fragmentada. Não há, muitas vezes, a percepção da importância do papel de cada um em relação ao todo, prevalecendo ações locais que distanciam seus membros do grupo. E, de forma persistente, é comum que os professores se voltem para o isolamento em suas salas de aula, sendo poucas as ações construídas com os demais colegas/turmas e em outros espaços da escola ou fora dela. (ROCHA, 2012, p.27)

4.2 Metodologia e Resultados

Para a concretização dos objetivos ora apresentados, a escolha da abordagem metodológica é trivial para ampliarmos nossa compreensão acerca da temática estudada. Considerando a complexidade do fenômeno investigado, desempenharemos uma pesquisa exploratória, adotando o uso da abordagem qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

A obtenção dos dados e dos resultados ocorrerá por meio de um levantamento bibliográfico e análise dos mesmos. A decisão metodológica foi influenciada pela carência de contribuições teóricas no conteúdo pesquisado:

[...] reafirma-se a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico

capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. (LIMA, 2007, p.44)

Tradicionalmente as pesquisas da área educacional apresentam abordagens qualitativas. Bogdan e Biklen (1994, p.19) apontam que a pesquisa de abordagem qualitativa apresenta cinco particularidades, que são; *os dados são coletados em lócus natural; os dados são descritivos; o processo é mais valioso que os resultados; forma indutiva de análise; o significado.*

Caracterizando a intenção do estudo em fomentar um diálogo entre as áreas de políticas educacionais e administração, destaca-se:

Raramente as bibliografias mostram um espectro de leituras que indique o trânsito do pesquisador por diferentes áreas do conhecimento, mesmo as tangenciais à educacional, com as indicações restritas à especificidade e particularidade do tema e apenas com autores da própria área interpretando ou descrevendo autores e reflexões de outros campos. (GATTI, 2012, p.28).

Inicialmente será realizado um levantamento bibliográfico preliminar com o propósito de garantir sustentabilidade teórica ao tema estudado. Para potencializar o instrumento de análise, organizaremos os dados conforme as orientações de Lima (2007, p.42), portanto, faremos a identificação das obras (referência bibliográfica) e a caracterização das mesmas (apresentando o tema central, os objetivos, os conceitos utilizados e o referencial teórico).

Os dados serão coletados no Portal de Periódicos CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior. Com intuito de direcionar a busca, selecionaremos artigos científicos, utilizando os descritores; trabalho docente, gerencialismo, privatização e educação.

Para pontuar a discussão, estabelecemos um recorte cronológico (2006-2016), acompanharemos a contextualização histórica do fenômeno estudando e, por fim, serão elencadas as discussões e propostas de estratégias de resistência para referida categoria profissional. Pontua-se que o recorte temporal foi determinado por:

Em lugar de se apoiar nessa longa história de luta dos educadores, o PDE assume plenamente, inclusive na denominação, a agenda do “Compromisso Todos pela Educação”, movimento lançado em 6 de setembro de 2006 no Museu do Ipiranga, em São Paulo. Apresentando-se como uma iniciativa da sociedade civil e conclamando à participação de todos os setores sociais, esse movimento constituiu-se, de fato, como um aglomerado de grupos empresariais com representantes e patrocínio de entidades como o Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú Social, Fundação Bradesco,

Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação Educar-DPaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros. (SAVIANI, 2008, p13.)

Conforme estabelecido no capítulo anterior, no primeiro momento da pesquisa, realizamos um levantamento bibliográfico no portal da CAPES, a partir do campo “busca por assunto”, utilizando os seguintes descritores; *privatização, gerencialismo e trabalho docente* e selecionamos como “tipo de recurso” o formato de artigo científico, com o recorte cronológico de 2006 a 2016. Ao realizarmos a pesquisa, no primeiro momento, percebemos que os resultados obtidos, apresentavam produções referentes a outras áreas do conhecimento (Ex: saúde, segurança, transporte) e não contemplavam os objetivos propostos pela investigação

Para aprimorarmos a coleta, selecionamos a “busca avançada” e, preenchemos os campos realizando algumas combinações entre os descritores. Devemos salientar que o recorte cronológico e o “tipo de recurso” permaneceram os mesmos e adicionamos o descritor “educação”. O encadeamento dos termos utilizados na busca, fora Os procedimentos executados foram:

- a. Qualquer> é exato> gerencialismo> qualquer> é exato> educação> Refinado: data de publicação; 2006-2016> idioma: Português e espanhol> tópicos: gerencialismo, education, trabalho docente;
- b. Qualquer> é exato> privatização> qualquer> é exato> trabalho docente> Refinado: data de publicação; 2006-2016> idioma: Português e espanhol> tópicos: education.

O processo realizado no item “a” resultou na identificação de vinte e três (23) artigos, sendo que, dentre esses, dois apareceram repetidos e, portanto, serão analisados vinte e um (21) artigos. Em contrapartida, o procedimento efetuado no item “b”, identificou seis (6) artigos.

Quadro V. Artigos identificados com os descritores; Educação e Gerencialismo.

| |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO: Portal de Periódicos CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior</p> |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

| Palavras-chave: Educação e Gerencialismo | | | | | |
|-------------------------------------------------|---------------------------------------------------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| Nº | Autores | Ano | Título | Palavras-chave | Revista/Periódico |
| # 1 | Sara Badra de Oliveira | 2016 | A Assessoria Privada de Gestão Educacional na Rede Municipal de Ensino de Campinas | Assessoria Privada. Gestão Educacional. Avaliação Institucional. Participação. Gerencialismo. | Educação: Teoria e Prática, 01 December 2016, Vol.26(53), pp.628-649. |
| # 2 | Carla Vaz Dos Santos Ribeiro ; Denise Bessa Leda | 2016 | O Trabalho Docente no Enfrentamento do Gerencialismo nas Universidades Federais Brasileiras: Repercussões na Subjetividade. | Trabalho docente. Subjetividade. Gerencialismo. Universidades Federais | Educação em Revista, Vol.32(4), pp.97-117. |
| # 3 | Jussara Marques de Macedo ;Rodrigo Azevedo Lamosa | 2015 | Trabalho docente. Reforma gerencial. Gestão integrada da escola. | Trabalho docente. Reforma gerencial. Gestão integrada da escola. | Revista Contemporânea de Educação , 01 December 2015, Vol.10(20), pp.361-381. |
| # 4 | Katya Lacerda Fernandes | 2015 | <u>Repolitização da Gestão Educacional no</u> | Estado. Políticas Educacionais. Gestão | Educação: Teoria e Prática, 01 December 2015, Vol.25(50), |

| | | | | | |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|
| | ; Rosilene Lagares | | <u>Brasil:</u> <u>Estratégia de Gestão no Âmbito Público</u> | educacional municipal. | pp.449-459. |
| # 5 | Viviane Gualter Peixoto da Cunha ; Maria Inês G. F. Marcondes De Souza ; Vânia Finholdt Ângelo Leite | 2015 | Formação da identidade do professor no cenário das políticas locais de centralização curricular: Limites e possibilidades | Teacher Education. Centralized Curriculum. Projected Identity. New Professionalism. | E-curriculum, 2015, Vol.13(4). |
| # 6 | Marcelo Soares Pereira Da Silva ; Lorena Sousa Carvalho | 2014 | Faces do gerencialismo em educação no contexto da nova gestão pública | Políticas educacionais. Gerencialismo. Gestão educacional. | Revista Educação em Questão, |
| # 7 | Sonayra Da Silva Medeiros ; Melânia Mendonça Rodrigues | 2014 | O gerencialismo, reforma do Estado e da educação no Brasil | Gerencialismo. Política educacional. Gestão escolar. | Revista Educação em Questão, 01 September 2014, Vol.48(34), pp.216-240 |
| # 8 | Pedrotti Drabach, Nadia ; De Souza, | 2014 | Leituras sobre a gestão democrática e o gerencialismo | Gestão educacional. Gestão escolar. Gestão | Pedagógica: Revista do programa de Pós-graduação em Educação - PPGE, |

| | | | | | |
|------|------------------------------------------------------------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| | Ângelo Ricardo | | na/da educação no Brasil | Democrática. Gerencialismo. Políticas Educacionais. | 2014, Vol.16(33), pp.221-248. |
| # 9 | Ivan Amaro | 2013 | A (in) visibilidade da escola: implicações das avaliações externas no contexto escolar | Avaliações Externas. Performatividade. Gerencialismo. Qualidade Negociada. | Educação: Educação: Teoria e Prática, 01 July 2013, Vol.23(43), pp.24-43. |
| # 10 | Vanessa Franco Neto; Marcio Antonio da Silva | 2013 | Competências Profissionais de Professores de Matemática do Ensino Médio Valorizadas por uma Boa Escola: a supremacia da cultura da performatividade | Educação Matemática. Formação de Professores de Matemática. Competências Profissionais. Cultura da Performatividade. Avaliações em Larga Escala. | Bolema, Apr 2013, Vol.27(45), pp.143-164. |
| # 11 | Júnia Maria Zandonade Falqueto ; Josivania Silva Farias | 2013 | A trajetória e a funcionalidade da universidade pública brasileira | Universidade Pública. Burocracia. Gerencialismo. | Revista Gestão Universitária na América Latina, 01 January 2013, Vol.6(1), pp.22-41. |

| | | | | | |
|---------|---------------------------------------|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| # 12 | Tiago Cortinaz; Iana Gomes de Lima | 2013 | Pensando o Estado nas pesquisas educacionais críticas | Educação crítica. Estado. Globalização. Reestruturação estatal. | Pedagógica: Revista do programa de Pós-graduação em Educação - PPGE, 2013, Vol.15(30), pp.193-226. |
| # 13 | Simone de Fátima Flach | 2013 | Quanto vale o trabalho do professor?: Desvelando o processo de desvalorização salarial em Ponta Grossa - PR | Carreira docente. Trabalho docente. Valorização docente. | Práxis Educativa, 2013, Vol.8(1), pp.63-84. |
| # 14 | Álvaro Moreira Hypolito | 2012 | Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente | Gerencialismo. Gestão Escolar. Currículo. Trabalho Docente. | Educação: Teoria e Prática, 01 January 2012, Vol.21(38), pp.59-78. |
| # 15 | Licínio Lima | 2012 | Políticas educacionais, organização escolar e trabalho dos professores | Políticas educacionais. Gerencialismo. Governança escolar. Trabalho docente. | Educação: Teoria e Prática, 01 January 2012, Vol.21(38), pp.08-26. |

| | | | | | |
|---------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| # 16 | Francisco Javier Merchán Iglesias | 2012 | La introducción en España de la política educativa basada en la gestión empresarial de la escuela: el caso de Andalucía | Política educativa, gestión empresarial, capital humano, resultados escolares, evaluación, rendición de cuentas, gerencialismo. | Archivos Analíticos de Políticas Educativas=Education Policy Analysis Archives, 2012, Vol.20 |
| # 17 | Diego César Terra De Andrade; Conrado Gomide De Castro; Mônica Carvalho Alves Cappelle; José Roberto Pereira, | 2011 | A gestão pública e o Reuni: entre o social e o gerencial. | REUNI; neoliberalismo; gerencialismo. | Revista da Universidade Vale do Rio Verde, 2011, Vol.9(2), pp.154-170. |
| # 18 | Álvaro Moreira Hypolito | 2010 | <u>Políticas curriculares,</u> <u>Estado e regulação</u> | Regulação. Currículo. Gerencialismo. Trabalho docente. | Educação & Sociedade, 01 December 2010, Vol.31(113), pp.1337- 1354. |
| # 19 | Beck, John S. ; Young, Michael F. | 2007 | Investida contra as profissões e reestruturação | Bernstein, Basil. Educação Profissional. | Cadernos de Pesquisa, 2008, Vol.38(135), pp.587- |

| | | | | | |
|---------|---------------------|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------|
| | D. | | das identidades acadêmicas e profissionais. | Identidade. Profissão. | 609. |
| # 20 | Gerardo Ramos Serpa | 2006 | La formación humanística como componente de la formación integral del profesional universitario | Educación superior. Formación profesional. Formación humanística. | Revista Educação em Questão, 01 December 2006, Vol.27(13). |

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos artigos encontrados no portal da CAPES.

Quadro VI. Artigos identificados com os descritores; Privatização e Educação.

| Nº | Autores | Ano | Título | Palavras-chave | Revista/Periódico |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------|------------|------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------|----------------------------------------|
| # 1 | Savana Diniz Gomes Melo; Pauliane Romano Cirilo; Samilla Nayara dos Santos Pinto | 2016 | O Ensino Médio e o Trabalho Docente: Características de Minas Gerais. | Ensino Médio; Trabalho Docente; Estado de Minas Gerais | Poiésis, 2016, Vol.10 (17), p.102-130. |

| | | | | | |
|--------|-------------------------------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| # 2 | Ivan Amaro | 2014 | Avaliar ou Examinar a Escola? Performatividade, Regulação e Intensificação do Trabalho Docente. | Avaliação; trabalho docente; Avaliação formativa; Educação. | Impulso, 2014, Vol.24 (61), p.109-128. |
| # 3 | Deise Mancebo | 2012 | À parte – Trabalho Docente na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1995 - 2008) e efeitos de subjetivação | Trabalho Docente; Intensificação; Precarização; Efeitos de Subjetivação. | Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea. 2012; 0(26): 137-152. Revista Educação Por Escrito, 01 January 2012, Vol.3(1), pp.26- 40. |
| # 4 | Alzira Mitz Bernardes Guarany | 2012 | Trabalho Docente, carreira doente: a privatização, a lógica produtivista e a mercantilização na e da educação e seus efeitos sobre os docentes | Trabalho docente; carreira; lógica capitalista. | Revista Educação Por Escrito, 01 January 2012, Vol.3(1), pp.26- 40. |

| | | | | | |
|--------|---------------------------------------------------------------------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| # 5 | Margarita Victoria Rodriguez | 2008 | Reformas educacionais e proletarização do Trabalho Docente | Trabalho docente; reformas educacionais; profissionais da educação. | Acta Scientiarum Human and Social Sciences (UEM), Jan, 2008, Vol.30p.45-56. |
| # 6 | Deise Mancebo; Olgaíses Maués; Vera Lúcia Jacob Chaves. | 2006 | Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. | | Educar em Revista, 01 December 2006, Issue 28, pp.37-53. |

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após definirmos conceitualmente as tendências privatistas, o gerencialismo e o trabalho docente, identificamos que o gerencialismo está estreitamente relacionado às tendências privatistas de natureza endógena e, portanto, o fenômeno, incide diretamente na autonomia docente. Perante os resultados obtidos, reconhecemos a descaracterização do trabalho docente, uma vez que, dilui-se a dimensão humana do processo pedagógico em detrimento dos resultados obtidos em avaliações.

Devemos reconhecer que aspectos institucionais favorecem a “privatização” do trabalho docente, tais como: diretrizes curriculares, gestão escolar e a própria estrutura física.

O gerencialismo e os processos de privatizações implicam diretamente no trabalho docente. É de vital importância destacar que os referidos processos refletem na dinâmica escolar, uma que os distintos agentes envolvidos no cenário educativo, delegam responsabilidades, uns para os outros. Por exemplo, a gestão exige melhoria dos professores e, por sua vez, os professores exigirão o mesmo dos seus alunos. De acordo com essa exemplificação evidencia-se que, a responsabilização pelos resultados, prioriza os aspectos quantitativos (resultados e indicadores) e prejudica a vertente pedagógica (relação de ensino-aprendizagem).

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. (coord.) **Estratégias municipais para a oferta da educação básica: as parcerias público-privadas**. Relatório de pesquisa: Fapesp. 2009.

ANDERSON, G. Privatizando subjetividades: como a Nova Gestão Pública (NGP) está criando o “novo” profissional da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.33, n. 3, p.593-626.

ANTUNES, R. Da especialização à flexibilização: as formas da educação no modo de produção capitalista. **Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, n.1, v.1, p.25-33, jun.2009.

ALVARIÑO, C. et al (2000). “**Gestión escolar: un estado del arte de la literatura**”. Revista Paideia, 29, pp.15-43.

APPLE, M. W. **Política cultural e educação**. Tradução de José do Amaral Ferreira. São Paulo: Cortez, 2000.

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BARDISA RUIZ, T. Teoría y práctica de la micropolítica en las organizaciones escolares, en **Revista Iberoamericana de Educación**, Nº 15, 1997.

BALL, S. Performatividade, privatização e o pós-Estado do Bem-Estar. **Educ. Soc.** 2004, vol.25, n.89, pp.1105-1126.

_____. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cad. Pesquisa**. 2005, vol. 35, n.126, pp.539-564.

BALL, S.; YODELL, D. **Privatización encubierta en la educación pública**, Internacional de la Educación. Bruselas, 2008.

BARROSO, J. (2005) “O estado, a educação e a regulação das políticas públicas”. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751

BATISTA, P.N. O Consenso de Washington: **A visão neoliberal dos problemas latinoamericanos**, 1994.

BLANCO, G. M. Los agentes educativos. **Cuadernos del Congreso Pedagógico, Democracia e igualdad de oportunidades educativas**. Eudeba, Buenos Aires,1987.

BOGDAN, R., BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e métodos**. Porto: Porto Editora, p.19 –51,1994.

BOLIVAR, A. La autonomía en la gestión como nuevo modo de regulación, Espacios en blanco. **Revista de Educación**. Nº19. NEES-UNCPBA- Tandil, Argentina, 2009.

BONAL, X. La Educación en Tiempos de Globalización: ? Quién se Beneficia?. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.30, n.108, 2009.

CERQUEIRA, J. B. A. de. **UMA VISÃO DO NEOLIBERALISMO: SURGIMENTO, ATUAÇÃO E PERSPECTIVAS**. Sitientibus, Feira de Santana, n. 39, p.169-189, 2008.

ESPINOZA, O. Reflexiones sobre los conceptos de "política", políticas públicas y política educacional. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, 2009.

FELDFEBER, M. Nuevas y Viejas formas de regulación de los sistemas educativos. In: **Autonomía y gobierno de la educación: perspectivas, antinomias y tensiones**. 1º Ed. Buenos Aires, Aique Grupo Editor, 2009.

FERNANDES, R. C.. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 379-404, 2012.

GATTI, B. A.. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 28, p. 13-34, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GOROSTIAGA, J.; PINI, M. (2004) **Nuevos modelos de gobierno escolar: entre lo local y lo global**. Universidad Nacional de San Martín. Ponencia presentada en las XIII Jornadas Argentinas de Historia de la Educación, Buenos Aires, 2004.

HILL, Dave. O Neoliberalismo Global, a Resistência e a Deformação da Educação. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.2, pp. 24-59, 2003.

LIMA, I.G; GANDIN, L. A. Entendendo o estado gerencial e sua relação com a educação: algumas ferramentas de análise. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 69-84, 2012.

LIMA, T. C. S. de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos Metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, v. 10, p. 35-45, 2007.

LOURENÇO, N.V. **Administração Pública: modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão**, Curitiba, intersaberes, 2016.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. C. **A Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MALUF, S. "**Teoria Geral do Estado**". São Paulo. Edit. Saraiva: 1998;

389 p.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2002.

MORRISON, W. **Filosofia do direito: dos gregos ao pós-modernismo**. 2º Ed. São Paulo, Editora: WMF Martins Fontes, 2012.

NEWMAN, J; CLARKE, J. Gerencialismo, **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 353-381,. 2012.

PERONI, V.M.V.. **As redefinições na relação público/privado e as implicações para a Democratização da educação**. In: I Congresso Ibero-Brasileiro de Política y Administración de la Educación, VI Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, IV Congresso do Fórum Português de Administração Educacional, 2010, Cáceres e Mérida, Espanha. Livro do Congresso. Cáceres, Espanha: FEAE/ES, 2010.

PERONI, V.M.V..A autonomia docente em tempos de Neoliberalismo e Terceira Via. In: Susana Vior; María Rosa Misuraca; Stella Maris Más Rocha. (Org.). **Formación de docentes Que cambió después de los '90 em lãs políticas, los currículos y lãs instituições?**. Buenos Aires, Argentina: Jorge Baudino Ediciones, 2009, p. 47-71.

RAMOS, G. P. **Racionalidade e Gerencialismo na Política Educacional Paulista de 1995 a 2014: Muito Além das Conjunturas**. Ensaio,v. 24, p. 546- 578, 2016.

SARAMAGO, J. . **Cadernos de Lanzarote**. Diário III. Lisboa: Editorial Caminho, 1996.

SANDER, B. Políticas públicas y gestión educativa en América Latina; discurso global y realidades locales. **Revista Pensamiento Educativo**. Vol. 31, pp. 13-30, 2002.

SAVIANI. D. **Pedagogia histórico- crítica:primeiras aproximações**. 2º Ed, São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

SHIROMA, E. O. ; CAMPOS, R. F. La Resignificación de la Democracia Escolar Mediante El Discurso Gerencial: liderazgo, gestión democrática y gestión participativa. In: Myriam Feldfeber; Dalila Andrade Oliveira. (Org.). **Políticas Educativas y Trabajo Docente: nuevas regulaciones, nuevos sujetos?** 1 ed. Buenos Aires: Ediciones Novedades Educativas, 2006, v. , p. 221-237

SOUZA, H. J. **Como se faz uma análise de conjuntura**. 22ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2001, p.9-18

PAULA, A. P. P. **Por uma Nova Gestão Pública: Limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204p.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

THWAITES REY, Mabel El Estado: notas sobre su(s) significado(s), in: **Entre tecnócratas globalizados y políticos clientelistas**, Buenos aires: Prometeo, 2005.

THWAITES REY, M. (2010) “Después de la globalización neoliberal: ¿Qué Estado em América Latina?” In: **OSAL** (Buenos Aires: CLACSO), Año XI, N° 27, abril.

WEILER, H. “Enfoques comparados en descentralización educativa”. En: PEREYRA, M. A. y otros (comps.) **Globalización y descentralización de los sistemas educativos**.

Fundamentos para un nuevo programa de la educación comparada, Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor, 1996